

# Relatório Trimestral de Atividades

1º Trimestre de 2014



© TCEES, 2014

---

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

**Relatório Trimestral de Atividades: 2014** / Tribunal de Contas do Estado.

Vitória/ES: TCEES, 2014.

33p.

1. Tribunal de Contas-Espírito Santo (E) - Relatório Trimestral de Atividades: 2014.

I. Título.

(341.38509815206)

---

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo  
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP 29950-913  
Telefone (27) 3334-7600  
[www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br)

# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## **CORPO DELIBERATIVO**

*Presidente*

Domingos Augusto Taufner

*Vice-Presidente*

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

*Corregedor*

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

*Ouvidor*

José Antonio Almeida Pimentel

*Conselheiros*

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Sérgio Manoel Nader Borges

## **AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIROS**

Márcia Jaccoud Freitas

João Luiz Cotta Lovatti

Marco Antônio da Silva

Eduardo Perez

## **MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS**

*Procurador Geral*

Luís Henrique Anastácio da Silva

*Procuradores de Contas*

Luciano Vieira

Heron Carlos Gomes de Oliveira

## **DIRETOR GERAL DE SECRETARIA**

Tadeu Pimentel City

## **SECRETARIO GERAL DAS SESSÕES**

Odilson Souza Barbosa Junior

## **SECRETARIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO**

Romário Figueiredo

## **SECRETARIO GERAL ADMINISTRATIVO**

José Augusto Freire Matos

# IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

## NEGÓCIO

Controle Externo

## MISSÃO

Orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade

## VISÃO

Ser instituição de excelência na orientação e no controle da gestão dos recursos públicos até 2015

## VALORES

Profissionalismo

Equidade

Ética e Transparência

Excelência de Desempenho

Responsabilidade Sustentável

# APRESENTAÇÃO

---

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,**

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o seu Relatório Trimestral de Atividades, referente ao 1º trimestre de 2014.

Dentre as ações realizadas pelo TCEES nesse 1º trimestre, podemos destacar:

- Realização do I Encontro de Orientações do TCEES, cujo objetivo foi fornecer informações aos municípios atingidos pelas fortes chuvas que ocorreram em dezembro de 2013.
- Realização do II Encontro de Orientações do TCEES, cujo objetivo foi apresentar as novas regras de envio da PCA, alteradas com a edição da Instrução Normativa 28/2013.
- Realização da palestra “Stress o jogo da vida”, que faz parte das ações do projeto Saúde do Servidor.
- Emissão, pela Internet, de Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares pelo TCEES.

Sempre tendo em vista a excelência no desempenho de suas obrigações, com foco na sua missão e visão, o TCEES executou importantes ações no 1º trimestre de 2014, com o objetivo de aprimorar a sua atuação enquanto órgão fiscalizador e orientador, contemplando ações plenamente efetivas e consoantes aos anseios sociais.

Este relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCEES, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento e Projetos – NPP, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Vitória, 26 de maio de 2014

**Conselheiro Domingos Augusto Taufner**  
Presidente

# SUMÁRIO

---

<b>1. COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES .....</b>	<b>7</b>
<b>2. AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE .....</b>	<b>8</b>
<b>3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO .....</b>	<b>10</b>
3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE .....	10
3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO .....	11
3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO .....	17
3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS .....	19
<b>4. ATIVIDADES DE GESTÃO .....</b>	<b>20</b>
4.1 GESTÃO DE PESSOAS .....	20
4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	21
4.3 SERVIÇOS GERAIS .....	23
4.4 GESTÃO DOCUMENTAL .....	23
4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL .....	23
4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	25
4.7 CONTROLE INTERNO .....	26
4.8 GESTÃO DA ESTRATÉGIA .....	27
<b>5. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC .....</b>	<b>28</b>
<b>6. CORREGEDORIA .....</b>	<b>29</b>
<b>7. OUVIDORIA .....</b>	<b>30</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>32</b>

# 1. COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES

---

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621/2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

## **2. AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE**

---

### **SOCIEDADE**

- ✓ Realização do I Encontro de Orientações do TCEES, no qual representantes de 56 municípios atingidos pelas fortes chuvas, em dezembro de 2013, receberam as devidas informações técnicas.
- ✓ Realização do II Encontro de Orientações do TCEES, no qual participaram mais de 400 jurisdicionados, entre prefeitos, secretários de finanças, responsáveis pelo controle interno, contadores, assessores técnicos e servidores municipais, cujo objetivo foi apresentar as novas regras de envio da PCA, alteradas com a edição da Instrução Normativa 28/2013. Foram apresentadas também soluções para as principais dificuldades enfrentadas pelo usuário do Cidades-Web – sistema de remessa, por meio da internet, e de processamento de dados referentes à abertura do exercício e prestações de contas dos gestores.
- ✓ Aprovação do calendário para o exercício de 2014. Atendendo ao pleito dos advogados, os prazos processuais serão suspensos por um mês no fim do ano, de 20 de dezembro 2014 a 19 de janeiro de 2015.

### **RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS**

- ✓ Participação do TCEES no Encontro de Gestores Municipais promovido pela Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), no auditório da Federação das Indústrias (Findes). Um dos palestrantes do evento foi o conselheiro José Antônio Pimentel.

### **GESTÃO ESTRATÉGICA ORIENTADA A PROJETOS**

- ✓ Finalização dos projetos: “Novo portal do TCEES”, “Concurso público para analista administrativo” e “Implantar a Ouvidoria do TCEES”.

### **GESTÃO DE PESSOAS**

- ✓ Apresentação da palestra “Stress o jogo da vida”, proferida pelo médico Jorge Luiz de Miranda em evento do projeto “Saúde do Servidor”. O médico abordou o tema de maneira leve e envolveu os participantes ao falar do que ele chamou de “mal do século”.



## **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

- ✓ *Publicação exclusivamente no Diário Eletrônico, desde o início de janeiro, dos atos do TCEES.*
- ✓ *Emissão, pela Internet, de Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares pelo TCEES. Por força de legislação estadual e municipal, desde 2012, pessoas nomeadas em cargos públicos devem apresentar a certidão para tomar posse, o que gerou um aumento na demanda ao Tribunal e a necessidade de modernização do processo.*

## **ELEIÇÃO E POSSE**

- ✓ *Posse do Procurador-geral de Contas Luis Henrique Anastácio da Silva ao cargo de procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para atuação no biênio 2014/2015, em sessão especial realizada no dia 11/03/14.*
- ✓ *Posse das novas diretorias da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Instituto Rui Barbosa (IRB), para o biênio 2014/2015, no dia 26/03/14, no plenário do Tribunal de Contas da União (TCU). Na Atricon, o TCEES está sendo representado pelo conselheiro Carlos Ranna, eleito 2º Vice Presidente, e o conselheiro Rodrigo Chamoun, eleito como suplente. No IRB, o TCEES é representado pelo conselheiro Domingos Taufner, eleito 3º Vice Presidente.*

## **OUTRAS AÇÕES**

- ✓ *Definição, por sorteio realizado na sessão plenária do dia 28/01/14, do conselheiro José Antônio Pimentel como relator do processo que analisará a licitação na modalidade concorrência pública nº 006/2013, lançada pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop), cujo objeto é a construção da ligação entre Vitória e Cariacica, compreendendo ponte (4ª), acesso e viaduto.*
- ✓ *Definição, também por sorteio realizado na sessão plenária do dia 28/01/14, do conselheiro Sérgio Aboudib como relator do processo que trata da concorrência nº 005/2013, da Setop, que tem por objetivo a implantação do BRT.*
- ✓ *Indicação do conselheiro Sérgio Borges, durante sessão plenária realizada no dia 18/03/14, como relator das contas do Governo do Estado do Espírito Santo referente ao exercício de 2014. A definição seguiu critérios de antiguidade e rodízio.*

### 3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

---

#### 3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE

<i>Auditorias realizadas</i>	29
<i>Processos autuados no TCEES</i>	2.009
<i>Processos de pessoal do TCEES</i>	10
<i>Processos administrativos do TCEES</i>	137
<i>Processos de controle externo</i>	1.862
<i>Processos julgados ou apreciados conclusivamente</i>	1.859
<i>Atos de pessoal apreciados (sujeitos a registro)</i>	2.373
<i>Denúncias apreciadas</i>	24
<i>Denúncias consideradas procedentes</i>	2
<i>Pareceres prévios em apreciação de contas: prefeitos municipais e governador</i>	23
<i>Acórdãos proferidos</i>	163
<i>Acórdãos em julgamento de contas - Poderes</i>	9
<i>Acórdãos com contas julgadas irregulares</i>	4
<i>Acórdãos em atos de gestão</i>	1
<i>Acórdãos em atos de gestão - considerados irregulares</i>	-
<i>Recursos julgados ou apreciados</i>	9
<i>Recursos com provimento negado</i>	3
<i>Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais</i>	8.693
<i>Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos</i>	-
<i>Demandas atendidas pela Ouvidoria</i>	109

### 3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO

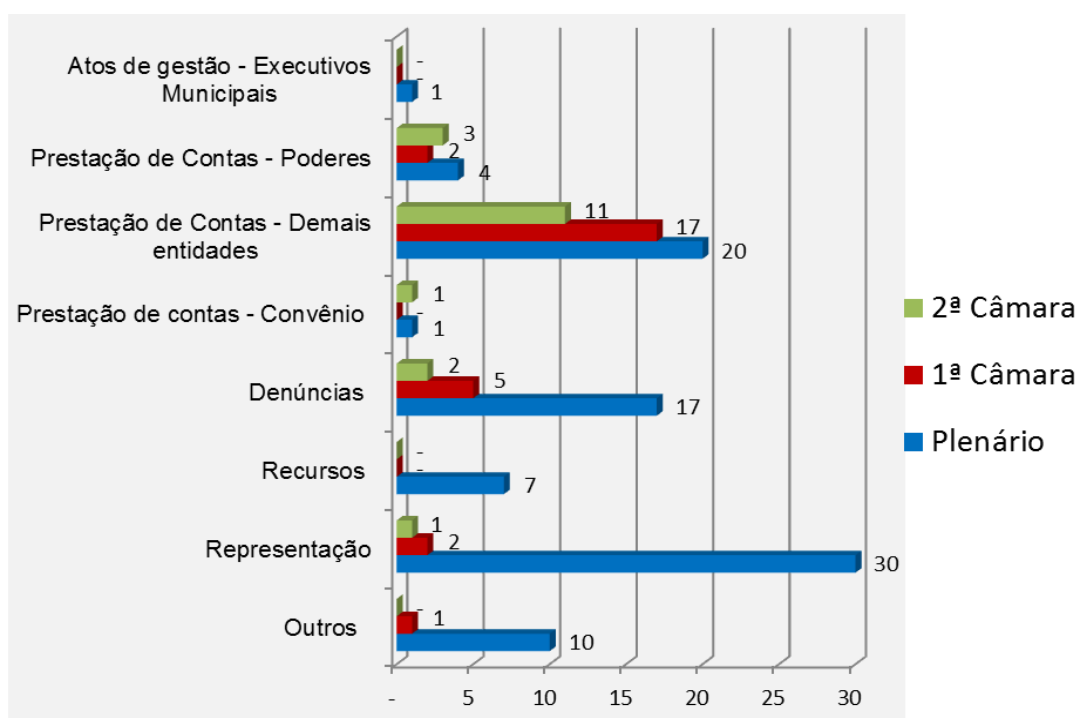
O Plenário é constituído por sete Conselheiros e dirigido pelo Conselheiro-Presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Atos do Plenário	1º trim 2013	1º trim 2014		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
<b>Sessões plenárias</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>8</b>
Ordinárias	18	8	8	8
Extraordinária	-	-	-	-
Especial	-	1	-	-
Administrativa	2	1	-	-
<b>Processos em pauta</b>	<b>1.623</b>	<b>320</b>	<b>1.143</b>	<b>904</b>
<b>Processos julgados ou apreciados de forma conclusiva</b>	<b>1.368</b>	<b>109</b>	<b>1.003</b>	<b>747</b>
<b>Chamamentos relativos a processos</b>	<b>986</b>	<b>1.113</b>	-	-
Notificações	508	448	-	-
Citações	478	665	-	-

Atos do Plenário	1º trim 2013	1º trim 2014		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Decisões	1.388	103	995	788
Acórdãos (*)	110	96	32	35
Pareceres prévios	25	17	1	7
Pareceres em consulta	13	2	-	-
Resoluções	5	5	5	5
Instruções normativas	-	2	2	2
<b>Total</b>	<b>1.541</b>	<b>225</b>	<b>1.035</b>	<b>837</b>

(\*) Quantidade de acórdãos, mesmo que tenham mais de uma decisão.

## JULGAMENTO CONCLUSIVO



Resultados dos Pareceres Prévios	1º trim 2013	1º trim 2014		
		Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
<b>Prestação de Contas</b>	<b>21</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>7</b>
Parecer pela aprovação	9	8	1	6
Parecer pela aprovação com ressalva	-	5	-	1
Parecer pela rejeição	2	2	-	-
Reformular parecer - aprovação	-	-	-	-
Reformular parecer - rejeição	-	-	-	-
Contas iliquidáveis	-	-	-	-
Outros	10	-	-	-
<b>Recursos</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Negar provimento - aprovação	-	1	-	-
Negar provimento - rejeição	-	-	-	-
Provimento - reformular parecer - aprovação	4	-	-	-
Provimento - reformular parecer - aprovação com ressalva	-	-	-	-
Provimento - anular parecer	-	-	-	-
Provimento - reformular parecer - rejeição	-	1	-	-
Provimento parcial - rejeição	-	-	-	-
Provimento parcial - aprovação	-	-	-	-
Não conhecer	-	-	-	-
Negar seguimento - excluir atos de gestão - aprovação	-	-	-	-
Negar seguimento - reformular p/ excluir irregularidades - rejeição	-	-	-	-
Perda do objeto	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>7</b>

Resultados dos Acórdãos	1º trim 2013	1º trim 2014		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
<b>JULGAMENTO CONCLUSIVO</b>	<b>109</b>	<b>90</b>	<b>27</b>	<b>18</b>
<b>Atos de gestão – Executivos Municipais</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	-	-
Regular	-	1	-	-
Regular com ressalva	1	-	-	-
Irregular	-	-	-	-
Saneado	-	-	-	-
Prejulgado	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Prestação de Contas - Poderes</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Regular	9	3	-	2
Regular com ressalva	2	1	1	1
Irregular	2	-	1	-
Saneado	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Prestação de Contas - Demais entidades</b>	<b>49</b>	<b>20</b>	<b>17</b>	<b>11</b>
Regular	43	16	15	7
Regular com ressalva	6	3	-	1
Irregular	-	1	1	-
Saneado	-	-	-	-
Outros	-	-	1	3
<b>Prestação de Contas - Convênio</b>	-	<b>1</b>	-	<b>1</b>
Regular	-	1	-	1
Regular com ressalva	-	-	-	-
Irregular	-	-	-	-
Saneado	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Denúncias</b>	<b>6</b>	<b>17</b>	<b>5</b>	<b>2</b>
Procedente	-	-	2	-
Parcialmente procedente	2	1	1	-
Improcedente	2	5	1	-
Saneado	-	2	-	-
Outros	2	9	1	2
<b>Recursos</b>	<b>17</b>	<b>7</b>	-	-
Provimento	6	3	-	-
Provimento parcial	5	2	-	-
Negado provimento	4	2	-	-
Saneado	-	-	-	-
Outros	2	-	-	-
<b>Representação</b>	<b>16</b>	<b>30</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
Procedente	4	6	1	1
Parcialmente procedente	5	-	-	-
Improcedente	4	10	1	-
Saneado	-	-	-	-
Outros	3	14	-	-
<b>Outros assuntos</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	-
Regular	-	-	1	-
Irregular	1	1	-	-
Improcedente	-	-	-	-

Resultados dos Acórdãos	1º trim 2013	1º trim 2014		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Saneado	-	1	-	-
Procedência	-	-	-	-
Regular com ressalva	3	-	-	-
Outros	3	8	-	-
<b>JULGAMENTO NÃO CONCLUSIVO</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>17</b>
Multa	1	-	-	-
Tornar insubsistente acórdão	-	-	-	-
Tornar sem efeito acórdão	-	-	-	-
Anular acórdão	-	-	-	-
Extinção da obrigação	-	-	-	-
Extinção sem julgamento de mérito	-	-	-	-
Outros	-	6	5	17
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>96</b>	<b>32</b>	<b>35</b>

Resultado das Decisões	1º trim 2013	1º trim 2014		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
<b>Decisões conclusivas (Registro de pessoal)</b>	<b>1.221</b>	-	<b>975</b>	<b>722</b>
<b>Registro</b>	<b>1.221</b>	-	<b>975</b>	<b>722</b>
Admissão	571	-	521	413
Aposentadoria	519	-	373	257
Pensão	38	-	51	39
Reforma	27	-	13	5
Transferência para reserva	51	-	12	7
Revisão de proventos	1	-	2	-
Retificação de ato	14	-	3	1
Reexame de decisão	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
<b>Denegar registro</b>	-	-	-	-
<b>Demais decisões – não conclusivas</b>	<b>152</b>	<b>103</b>	<b>20</b>	<b>66</b>
Deferir parcelamento	17	-	1	-
Arquivar	61	13	-	3
Revelia	25	2	-	3
Quitação	-	-	-	-
Consulta - não conhecer	-	4	-	-
Apurar em auditoria (especial, extraordinária ou ordinária)	-	-	-	-
Devolver à origem	7	-	1	15
Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal	-	-	-	-
Notificar / citar por edital	-	-	2	-
Alerta	16	16	11	11
Notificar para contrarrazões	-	7	-	4
Instaurar Tomada de Contas / Especial	-	-	-	-
Determinar / recomendar a suspensão do certame (Cautelar)	-	-	-	-
Denúncia - receber / apurar	6	-	-	1
Outras	20	61	5	29
<b>Total</b>	<b>1.373</b>	<b>103</b>	<b>995</b>	<b>788</b>

Resultados dos Pareceres Prévios	1º trim 2013	1º trim 2014		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
<b>Prestação de Contas</b>	<b>21</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>7</b>
Parecer pela aprovação	9	8	1	6
Parecer pela aprovação com ressalva	-	5	-	1
Parecer pela rejeição	2	2	-	-
Reformular parecer - aprovação	-	-	-	-
Reformular parecer - rejeição	-	-	-	-
Contas iliquidáveis	-	-	-	-
Outros	10	-	-	-
<b>Recursos</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	-	-
Negar provimento - aprovação	-	1	-	-
Negar provimento - rejeição	-	-	-	-
Provimento - reformular parecer - aprovação	4	-	-	-
Provimento - reformular parecer - aprovação com ressalva	-	-	-	-
Provimento - anular parecer	-	-	-	-
Provimento - reformular parecer - rejeição	-	1	-	-
Provimento parcial - rejeição	-	-	-	-
Provimento parcial - aprovação	-	-	-	-
Não conhecer	-	-	-	-
Negar seguimento - excluir atos de gestão - aprovação	-	-	-	-
Negar seguimento - reformular p/ excluir irregularidades - rejeição	-	-	-	-
Perda do objeto	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>7</b>

Parecer em Consulta		
Nº	Interessado	Ementa
001	C. Boa Esperança (Valdir Ramos Mattusoch)	Rendimentos de aplicações financeiras efetuadas pela câmara municipal pertencem à prefeitura municipal - obrigação de devolução pelo legislativo ao executivo sob pena de caracterizar apropriação indébita - contabilização pela prefeitura como receita patrimonial / receita de valores mobiliários - balanço financeiro - movimentação extra-orçamentária.
002	P. Cariacica (Fernando Carlos Dilen da Silva e Geraldo Luzia de Oliveira Júnior)	Regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas - lei federal nº 11.977/2009 - interesse específico x interesse social - possibilidade da associação de moradores participar do processo com a elaboração do projeto de regularização, bem como de pedir o registro do parcelamento da área - todos os demais atos são de responsabilidade e competência do poder público - impossibilidade de transferência de recursos do município para qualquer dos legitimados do artigo 50, incisos i e ii, da lei 11.977/2009.

Resoluções		
Nº	Ementa	Data da publicação
267	Prorroga a escala individual de horário de trabalho e o regime de transição, concedidos com base nos artigos 3º, § 2º e 21, ambos da Resolução TC nº 251, de 20 de dezembro de 2012.	28/01/2014
268	Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	18/03/2014
269	Dá nova redação ao § 2º do artigo 4º da Resolução TC nº 245, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre o Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas - GEO-BRAS ES e estabelece procedimentos de cadastramento e acompanhamento de obras e serviços de engenharia, executados pelas unidades gestoras estaduais e municipais e dá outras providências.	18/03/2014
270	Altera os artigos 8º e 9º, da Resolução TC nº 193/2003 e os §§ 3º e 5º do artigo 11 da Resolução TC nº 185/2003.	18/03/2014
271	Prorroga o regime de transição concedido com base no artigo 21 da Resolução TC nº 251, de 20 de dezembro de 2012.	18/03/2014
<b>Total</b>		<b>5</b>

Instruções Normativas		
Nº	Ementa	Data da publicação
029	Altera a Instrução Normativa TC nº 28, de 26 de novembro de 2013, que dispõe sobre a composição e a forma de envio das tomadas e prestações de contas anuais dos Chefes dos Poderes e demais ordenadores de despesas, para fins de apreciação e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	30/01/2014
030	Altera a Instrução Normativa TC nº 28, de 26 de novembro de 2013, que dispõe sobre a composição e a forma de envio das tomadas e prestações de contas anuais dos Chefes dos Poderes e demais ordenadores de despesas, para fins de apreciação e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	19/03/2014
<b>Total</b>		<b>2</b>



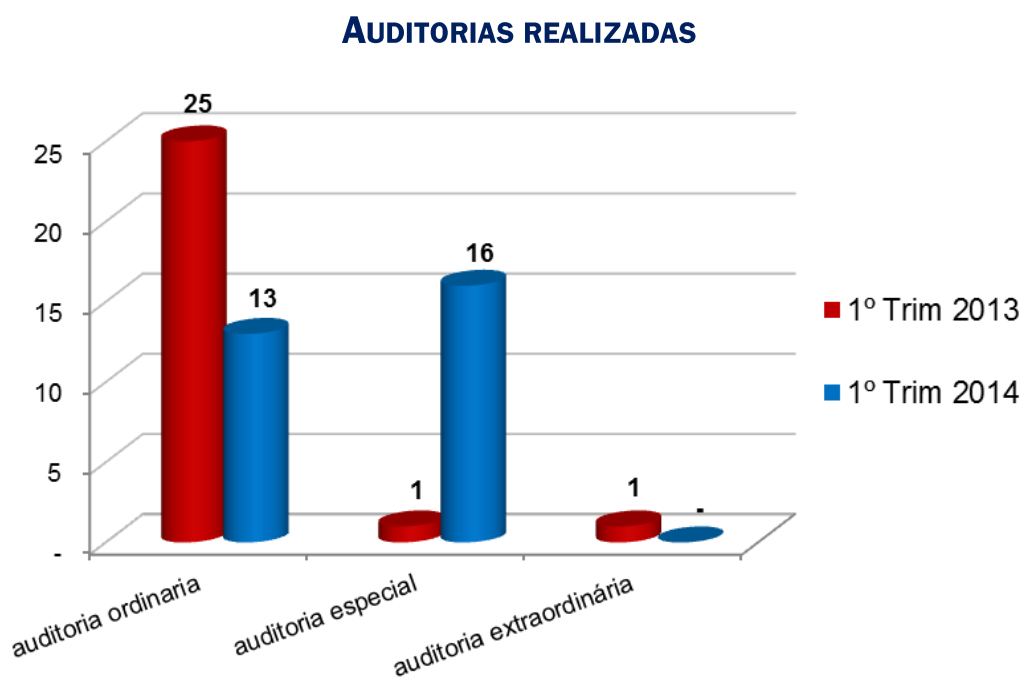
### 3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As ações de controle externo a serem realizadas pelo TCEES, sejam de iniciativa externa (denúncias, representações etc.) ou de iniciativa interna/própria, estão discriminadas no seu Plano Anual de Fiscalização (PAF), que é um instrumento de planejamento das ações de fiscalização do Tribunal de Contas, elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo – Segex e aprovado em Plenário.

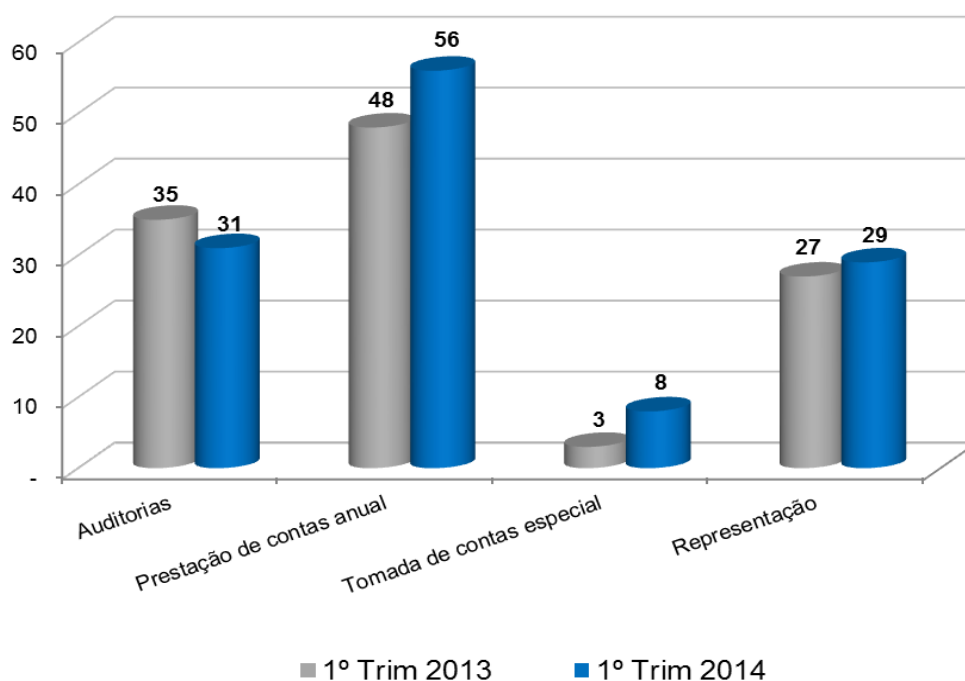
Resumidamente, o PAF aprovado para o exercício de 2014, prevê a realização de procedimentos de controle externo no período de fevereiro a novembro de 2014, contemplando:

- A realização de 83 (oitenta e três) fiscalizações de iniciativa própria, definidas com base em critérios de materialidade, relevância e risco; e
- A realização de 14 (quatorze) ações de controle externo originadas de iniciativa externa.

Importa destacar, que o procedimento de auditoria, principal instrumento utilizado nas ações de controle externo, é composto por três etapas: o planejamento, a execução in loco e a elaboração do relatório, etapas essas precedidas pela elaboração de um Plano de Fiscalização específico.



## INSTRUÇÕES TÉCNICAS INICIAIS CONCLUÍDAS



## ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

	1º trim 2013	1º trim 2014
Prestações de contas bimestrais (PCB) <sup>1</sup>	85	13
Relatórios da LRF analisados <sup>2</sup>	93	115
Relatórios técnicos contábeis (RTC)	51	76
Instruções preliminares em representações	29	56
<b>Instruções técnicas conclusivas (ITC)</b>	<b>136</b>	<b>108</b>
de auditorias	39	15
de prestação de contas anual (PCA)	79	24
de outros processos	18	69

## ANÁLISE DE PROCESSOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTRO

	1º trim 2013	1º trim 2014
Aposentadoria	1.073	1.144
Pensão	124	117
Admissão	2.150	1.084
Outros	9	28
<b>Total</b>	<b>3.356</b>	<b>2.373</b>

<b>CONSULTAS E RECURSOS</b>	<b>1º trim 2013</b>	<b>1º trim 2014</b>
Despachos técnicos elaborados	4	6
Consultas pessoais atendidas	16	9
Consultas telefônicas atendidas	316	135
<b>Instruções técnicas elaboradas</b>	<b>54</b>	<b>57</b>
Consulta	18	13
Recurso	36	44
Casos especiais	-	-

<b>MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS</b>	<b>1º trim 2013</b>	<b>1º trim 2014</b>
<b>Manifestações técnicas</b>	<b>17</b>	<b>110</b>
Recursos de Reconsideração, Revisão, Embargos e Defesa Oral	2	15
Comunicação de Tomada de Contas (art. 4º e 12 da IN nº 08/2008)	1	10
Outros	14	85
<b>Instruções preliminares em representação</b>	<b>123</b>	<b>54</b>
Análise de Edital (representação/denúncia)	8	-
Informações/Manifestações Técnicas Diversas	114	51
Instruções preliminares em representação (medida cautelar)	1	3
<b>Manifestação técnica de defesa</b>	<b>4</b>	<b>14</b>
<b>Instrução técnica de monitoramento fiscal</b>	<b>2</b>	<b>13</b>
<b>Instrução de pedidos de informação</b>	<b>143</b>	<b>100</b>
<b>Atendimentos informais</b>	<b>339</b>	<b>332</b>

### 3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS

<b>Portaria N N°</b>	<b>Comissão instituída</b>	<b>Data de publicação no DOE</b>
08	Comissão Técnica responsável pela elaboração da minuta do normativo que regulamentará os procedimentos padrões para o monitoramento das decisões dessa Corte de Contas, em conformidade com o previsto no artigo 187 do Regimento Interno do TCEES.	07/02/14
09	Comissão Técnica responsável pela elaboração da minuta da instrução normativa que regulamentará a remessa e apreciação dos processos de pessoal enviados ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	18/02/14
14	Comissão Técnica responsável por conferir as informações contidas na Folha de Pagamento, rever procedimentos e solicitar informações a respeito de cálculos.	25/02/14

## 4. ATIVIDADES DE GESTÃO

---

### 4.1 GESTÃO DE PESSOAS

O quadro geral de ocupação do TCEES está distribuído conforme tabelas abaixo:

Cargo	Ocupados	Disponíveis	Total
Conselheiro	7	-	7
Auditor	4	-	4
Procurador Especial de Contas	3	-	3
<b>Cargos efetivos</b>	<b>268</b>	<b>22</b>	<b>290</b>
Auditor de Controle Externo	236	-	236
Assistente Técnico	15	-	15
Auxiliar de Serviços	17	-	17
Analista Administrativo	-	22	22
<b>Cargos de Gabinete</b>	<b>67</b>	<b>10</b>	<b>77</b>
<b>Cargos comissionados</b>	<b>189</b>	<b>-</b>	<b>189</b>
Chefias	26	-	26
Assessoramento	163	-	163
<b>Total</b>	<b>538</b>	<b>32</b>	<b>570</b>

Estabilizados	15
Efetivos do TCEES ocupando cargo comissionado	35
Efetivos de outros órgãos ocupando cargo comissionado	11

Estagiários	1º trim 2014
Nível superior	65
Nível médio	26

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Pessoas estão disponíveis no portal [www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br), na sessão Transparência, Gestão de Pessoas.

## GESTÃO DO CONHECIMENTO

Resultados da capacitação	1º trim 2013	1º trim 2014
<b>Eventos</b>	<b>38</b>	<b>19</b>
Eventos para servidores do TCEES	13	16
Interno (promovido pelo TCEES)	2	9
Externo (promovido por outras instituições)	5	4
Iniciativa do servidor	-	-
Outros eventos	6	3
Eventos para jurisdicionados TCEES	25	3
<b>Pessoas capacitadas</b>	<b>1.100</b>	<b>944</b>
Servidores e membros do TCEES	91	157
Jurisdicionados	1.009	787
<b>Horas de capacitação</b>	<b>9.819</b>	<b>5.109</b>
Servidores e membros do TCEES	3.974	2.381
Jurisdicionados	5.845	2.728

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca, que atualmente conta com 20.237 itens, disponível tanto para os seus servidores quanto para servidores de jurisdicionados e público externo em geral.

### 4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do TCEES para o exercício de 2014 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 134.662.059,00, sendo R\$ 134.632.059,00 em recursos ordinários de caixa do tesouro e R\$ 30.000,00 de recursos vinculados do tesouro referente a convênio com a União.

A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 31/03/14.

(valores em R\$)

Grupo de natureza da despesa	Dotação Inicial	Dotação atualizada <sup>(1)</sup>	Empenhado <sup>(1)</sup>	Liquidado <sup>(1)</sup>	Pago <sup>(1)</sup>
<b>Despesas correntes</b>	<b>131.610.179,00</b>	<b>131.610.179,00</b>	<b>105.536.451,23</b>	<b>28.483.248,11</b>	<b>28.051.687,85</b>
<b>Pessoal</b>	<b>112.068.642,00</b>	<b>112.068.642,00</b>	<b>91.879.691,54</b>	<b>26.092.458,89</b>	<b>25.696.493,61</b>
Pessoal - Ativo	96.068.642,00	96.068.642,00	91.879.691,54	26.092.458,89	25.696.493,61
Pessoal - Inativo <sup>(2)</sup>	16.000.000,00	16.000.000,00	-	-	-
<b>Outras despesas correntes (custeio)</b>	<b>19.541.537,00</b>	<b>19.541.537,00</b>	<b>13.656.759,69</b>	<b>2.390.789,22</b>	<b>2.355.194,24</b>
<b>Despesa de capital (investimento)</b>	<b>3.051.880,00</b>	<b>3.051.880,00</b>	<b>137.956,91</b>	<b>39.607,04</b>	<b>39.607,04</b>
<b>Total Geral</b>	<b>134.662.059,00</b>	<b>134.662.059,00</b>	<b>105.674.408,14</b>	<b>28.522.855,15</b>	<b>28.091.294,89</b>
<b>Total Disponível <sup>(3)</sup></b>	<b>118.662.059,00</b>	<b>118.662.059,00</b>			

(1) Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

(2) Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento art. 10 da Lei nº 10.164/14 (LOA).

(3) Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo.

Informações mais detalhadas sobre as despesas realizadas estão disponíveis no portal [www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br), na sessão Transparência, Execução Orçamentária e Financeira.

## LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, disponível no portal [www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br).

(valores em R\$)

Descrição	janeiro/2013 a dezembro/2013
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite - R\$	87.681.069,21
Receita Corrente Líquida - R\$	10.561.113.114,83
Limite apurado - %	0,830
Limite máximo - 1,300 %	137.294.470,49
Limite prudencial - 1,235 %	130.429.746,97
Limite de alerta - 1,170 %	123.565.023,44

### 4.3 SERVIÇOS GERAIS

Em março de 2013, iniciou-se a obra de manutenção do edifício sede do TCEES, considerado patrimônio público do estado. Essa obra está sendo realizada nos três pavimentos da edificação principal do TCEES e contempla a recuperação estrutural das vigas, pilares e platibandas, pintura interna e externa, substituição de divisórias do pavimento térreo, recuperação do piso do pavimento térreo e reforma da cobertura. Tendo em vista a complexidade e o vulto dessa reforma, até esse trimestre, foi realizado um percentual financeiro de 61% do total previsto para a obra. O término da obra está previsto para julho de 2014.

### 4.4 GESTÃO DOCUMENTAL

Controle documental	1º trim 2013	1º trim 2014
Correspondências expedidas	3.442	5.368
Correspondências recebidas	3.644	4.247
Nº de processos arquivados	1.135	586
<b>Nº de processos autuados</b>	<b>2.767</b>	<b>2.009</b>
Processos de Pessoal do TCEES	45	10
Processos Administrativos do TCEES	122	137
Processos de Controle Externo	2.600	1.862

### 4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional do TCEES tem como foco a promoção do intercâmbio de informações, dentro do Tribunal e entre o Órgão e a sociedade, de forma a viabilizar a construção e a manutenção da imagem corporativa.

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando a efetividade e a eficiência da comunicação.

Canais de comunicação externa	
Portal TCEES	Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço <a href="http://www.tce.es.gov.br">www.tce.es.gov.br</a> .
Informativo Acontece	Boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais (curso de Direito e Administração), jornalistas, órgãos representantes dos Tribunais e servidores do TCEES.
Responsabilidade Social	Destaca-se o empréstimo do auditório, sendo essa atividade coordenada pela Escola de Contas Públicas (ECP), que é a Controladoria de Capacitação e Aperfeiçoamento do TCEES.

Canais de comunicação interna	
Intranet	Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.
Na Sessão	Informativo online, enviado semanalmente, por email, aos servidores do TCEES, com o resumo dos processos julgados/apreciados em Plenário.
Notícias no Ponto	Jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

Principais atividades de comunicação	1º trim 2013	1º trim 2014
Atendimentos a jornalistas	92	98
Jornalistas recebidos no TCEES	64	70
Entrevistas coletivas	-	-
Releases enviados à imprensa	89	49
Edições do "Na Sessão"	9	9
Publicações especiais	-	1
Textos institucionais elaborados	1	4
Remessa do Informativo Acontece	2.000	2.000
Notícias inseridas no Portal TCEES	163	49
Notícias inseridas na Intranet	12	26
Campanhas internas realizadas	1	7
Campanhas solidárias realizadas	1	7
Diário oficial eletrônico	-	61



## 4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As principais atividades da área de tecnologia de informação, no 4º trimestre, foram:

<b>Evolução da Tecnologia da Informação</b>	<b>1º trim 2013</b>	<b>1º trim 2014</b>
Estações de trabalho	570	600
Servidores com acesso aos recursos da rede	526	643
Auditorias com participação da área de informática	-	3
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	3	6
Sistemas em funcionamento	35	28
Desenvolvidos pela STI	23	18
Adquiridos de terceiros	12	10

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do Tribunal, destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

<b>Sistemas de suporte ao controle externo</b>	<b>Descrição</b>
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Controle Informatizado de Dados do Espírito Santo - CIDADES-WEB	Sistema de remessa ao TCEES, por meio da internet, dos dados da abertura do exercício, da prestação de contas bimestral e informações adicionais das entidades municipais da administração direta e indireta regidas pela Lei Federal nº 4.320/64.
Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas - GEO-OBRAS	Sistema de informações geográficas que visa receber os dados referentes à execução físico-financeira das obras públicas executadas em todos os órgãos das esferas estadual e municipais.

## 4.7 CONTROLE INTERNO

O Núcleo de Controle Interno (NCI), instituído por meio da Resolução TC N.º 223/2010, é uma unidade vinculada diretamente à Presidência, a qual compete o planejamento, a coordenação e a execução das ações relacionadas ao controle interno do TCEES.

Nesse 1º trimestre, o NCI destaca:

- Principais atividades:
  - ✓ Acompanhamento e orientação dos trabalhos das unidades setoriais na elaboração dos sistemas administrativos previstos no plano de ação de implementação do Sistema de Controle Interno.
  - ✓ Revisão do Plano de Ação para Implantação do Sistema de Controle Interno no âmbito do TCEES.
  - ✓ Avaliação da Prestação de Contas do Presidente do TCEES.
  
- Participação em Conselhos/Grupos de trabalho, conferências e treinamentos:
  - ✓ Curso de Auditoria Governamental.
  - ✓ Curso de Oratória – A Arte de Falar em Público.
  - ✓ Grupo de trabalho de desenvolvimento do novo Sistema de Processo Eletrônico – E-TCEES.
  - ✓ Comissão do NBCCasp TCEES - Sistema de Custos.
  - ✓ Reunião do Conselho Estadual do Controle Interno – CECI.
  
- Participação em reuniões com os jurisdicionados para implantação dos sistemas de controle interno, previsto na Resolução TC 227/2011:
  - ✓ Janeiro: Câmara de Baixo Guandu, Câmara de Anchieta, Câmara de Pinheiros.
  - ✓ Fevereiro: Prefeitura de Piúma.
  - ✓ Março: Câmara de Presidente Kennedy, Prefeitura de Viana, Prefeitura de Águia Branca.
  
- Elaboração de Normas Internas e outros Atos Normativos.
  - ✓ Normas Internas em processo de finalização:
    - Concessão de Diárias.
    - Concessão de Suprimento de Fundos.

Registro e Controle de Bens Móveis.

✓ Ato Normativo:

Resolução relativa à concessão de Diárias no âmbito do TCE.

## 4.8 GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Destacam-se abaixo, as principais atividades desenvolvidas pelo NPP, no 1º trimestre de 2014:

- Participação nas reuniões de planejamento, realizadas na Presidência.
- Definição dos projetos prioritários na gestão 2014/2015.
- Consolidação das informações enviadas pelas unidades do TCEES, para elaboração dos relatórios de atividades (4º trimestre 2013 e anual 2013).
- Atualização das planilhas enviadas às unidades para a coleta de dados para o relatório de atividades.
- Acompanhamento dos projetos em execução e/ou finalizados, no Channel.
- Atualização das informações referentes ao cadastro de usuários no Channel.

Projetos iniciados no trimestre			
Mês	Projeto	Portaria	Descrição
Nenhum projeto foi oficialmente iniciado, no 1º trimestre, mas há cinco projetos em fase de iniciação, aguardando definições internas para sua formalização.			

Projetos encerrados no trimestre			
Mês	Projeto	Data	Descrição
Março	Novo portal do TCEES	12/03/14	- Desenvolver um novo portal para o TCEES.
	Concurso público para analista administrativo	13/03/14	- Realizar concurso público de provas e títulos, por meio da contratação de instituição de notório reconhecimento nacional, para provimento dos cargos efetivos de Analista Administrativo.
	Implantar a Ouvidoria do TCEES	14/03/14	- Implantação da Ouvidoria do TCEES.

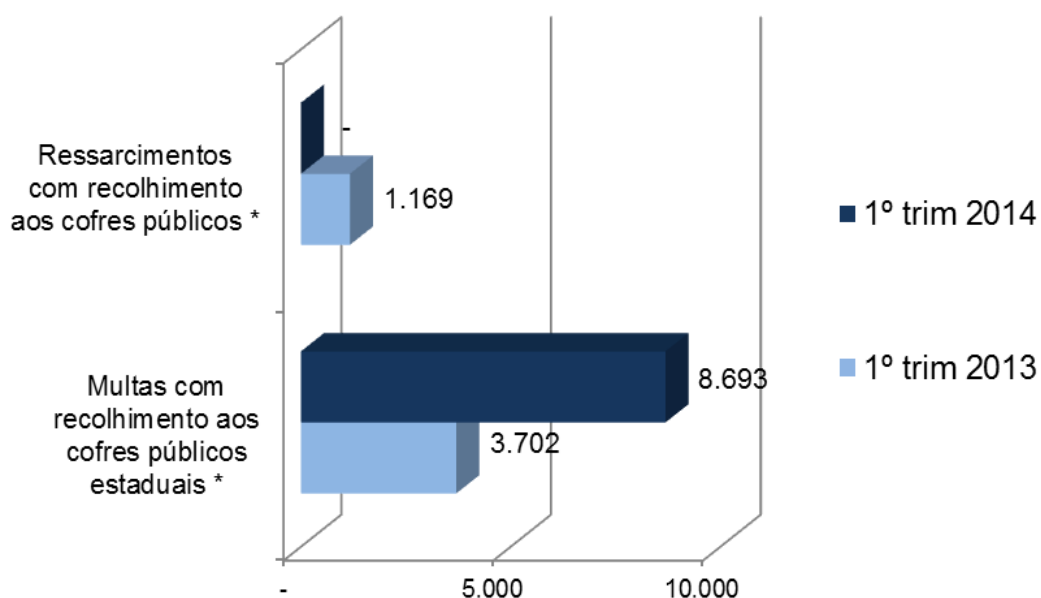
## 5. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Atividades	1º trim 2013	1º trim 2014
Processos distribuídos	1.966	2.828
Pareceres emitidos	1.301	2.784
Termos de atualização de valores a cobrar	9	30
Termos de verificação de valores pagos	3	4
Novas cobranças cadastradas no sistema	9	29

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES	1º trim 2013	1º trim 2014
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais *	3.702,33	8.692,68
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos *	1.168,57	-
<b>Total</b>	<b>4.870,90</b>	<b>8.692,68</b>

\* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.



## 6. CORREGEDORIA

---

A Corregedoria do Tribunal de Contas, criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, tem como Corregedor o Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (biênio 2014/2015).

Nesse 1º trimestre, foram realizadas reuniões ordinárias do Corregedor com a equipe da Corregedoria, para tratar de assuntos internos e rotinas do setor. Um dos servidores da Corregedoria foi designado como membro titular da Comissão de Ética Profissional do Servidor do Tribunal de Contas.

Em atendimento ao art. 22 do Regimento Interno desta Corte de Contas (aprovado pela Resolução TC Nº 261, de 04 de junho de 2013), a Corregedoria Geral procedeu ao processamento dos procedimentos disciplinares listados a seguir:

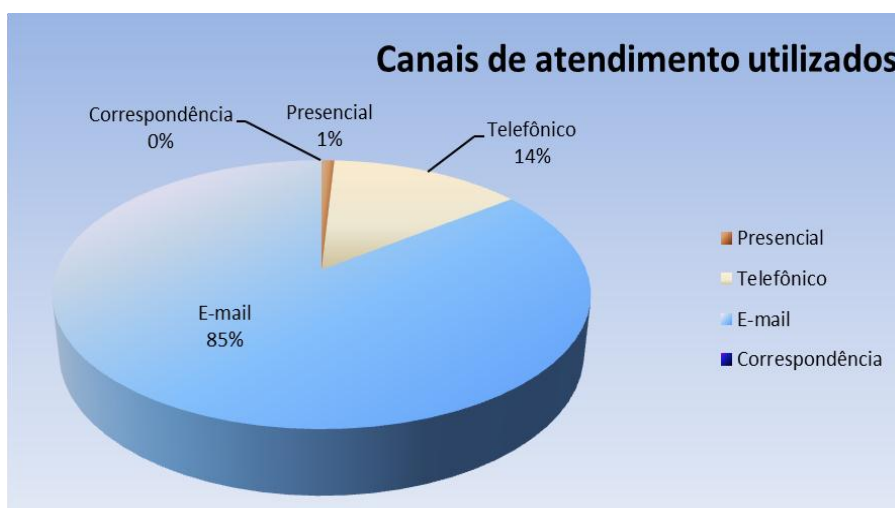
Nº Processo	Assunto	Entrada	Situação
3370/2008	Pessoal processo administrativo disciplinar	04/02/2011	Encaminhado a Comissão de PAD
3050/2011	Denúncia	25/05/2011	Encaminhado a Comissão PAD
122/2012	Representação	09/01/2012	Em andamento na Corregedoria
5485/2012	Requerimento	16/08/2012	Em andamento na Corregedoria
5486/2012	Fornecimento Informação	16/08/2012	Encaminhado a Comissão de PAD
193/2012	Representação	13/01/2012	Encaminhado ao GAP
5158/2013	Pessoal Sindicância	26/06/2013	Encaminhado a Comissão de PAD
8425/2013	Consulta Comissão de Ética	31/10/2013	Emitido Parecer Ético nº 03/2013
9505/2013	Consulta Comissão de Ética	02/12/2013	Emitido Parecer Ético nº 04/2013
9037/2013	Representação	03/07/2013	Em andamento na Corregedoria
9105/2013	Representação	22/11/0213	Em andamento na Corregedoria
192/2012	Representação	02/01/2012	Encaminhado a 1ª SAD
4067/2011	Representação	22/06/2011	Encaminhado ao GAP
87/2012	Reclamação	05/01/2012	Encaminhado ao GAP
6628/2012	Encaminhamento	19/10/2012	Em andamento na Corregedoria
350/2014	Recurso Inominado	17/01/2014	Em andamento na Corregedoria
372/2014	Consulta	21/01/2014	Emitido Parecer Ético nº 01/2014

## 7. OUVIDORIA

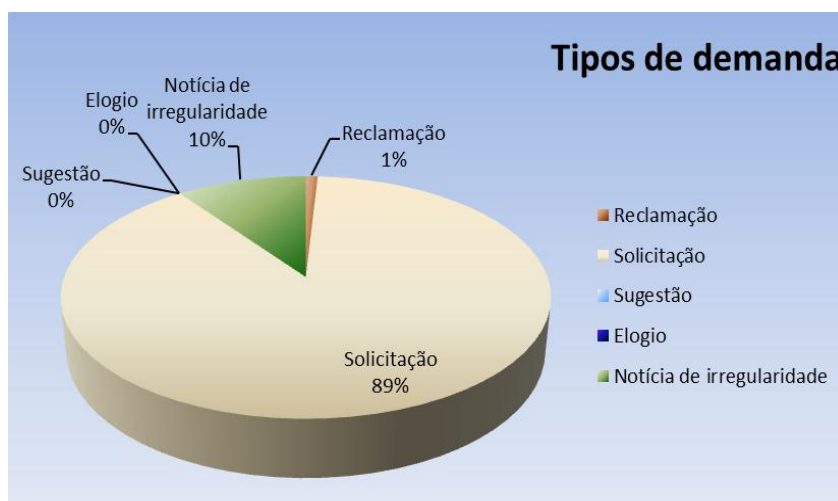
---

A Ouvidoria, prevista no art. 7º do Regimento Interno desta Corte de Contas, tem como novo Ouvidor o Sr. Conselheiro José Antônio Almeida Pimentel, que assumiu exercício a partir de 1º de janeiro do corrente ano, de acordo com o disposto no art. 19, § 1º, do dispositivo supracitado.

No 1º trimestre de 2014, a Ouvidoria do TCEES recebeu o total de 109 demandas, provenientes de entidades jurisdicionadas, servidores e demais cidadãos como um todo. O canal mais utilizado pela população para envio de suas manifestações foi o e-mail, conforme informa o gráfico abaixo:



As demandas de ouvidoria estão classificadas em cinco tipologias diferentes: reclamação, solicitação, sugestão, elogio e notícia de irregularidade. Entre esses cinco tipos, a "Solicitação" foi a mais utilizada:



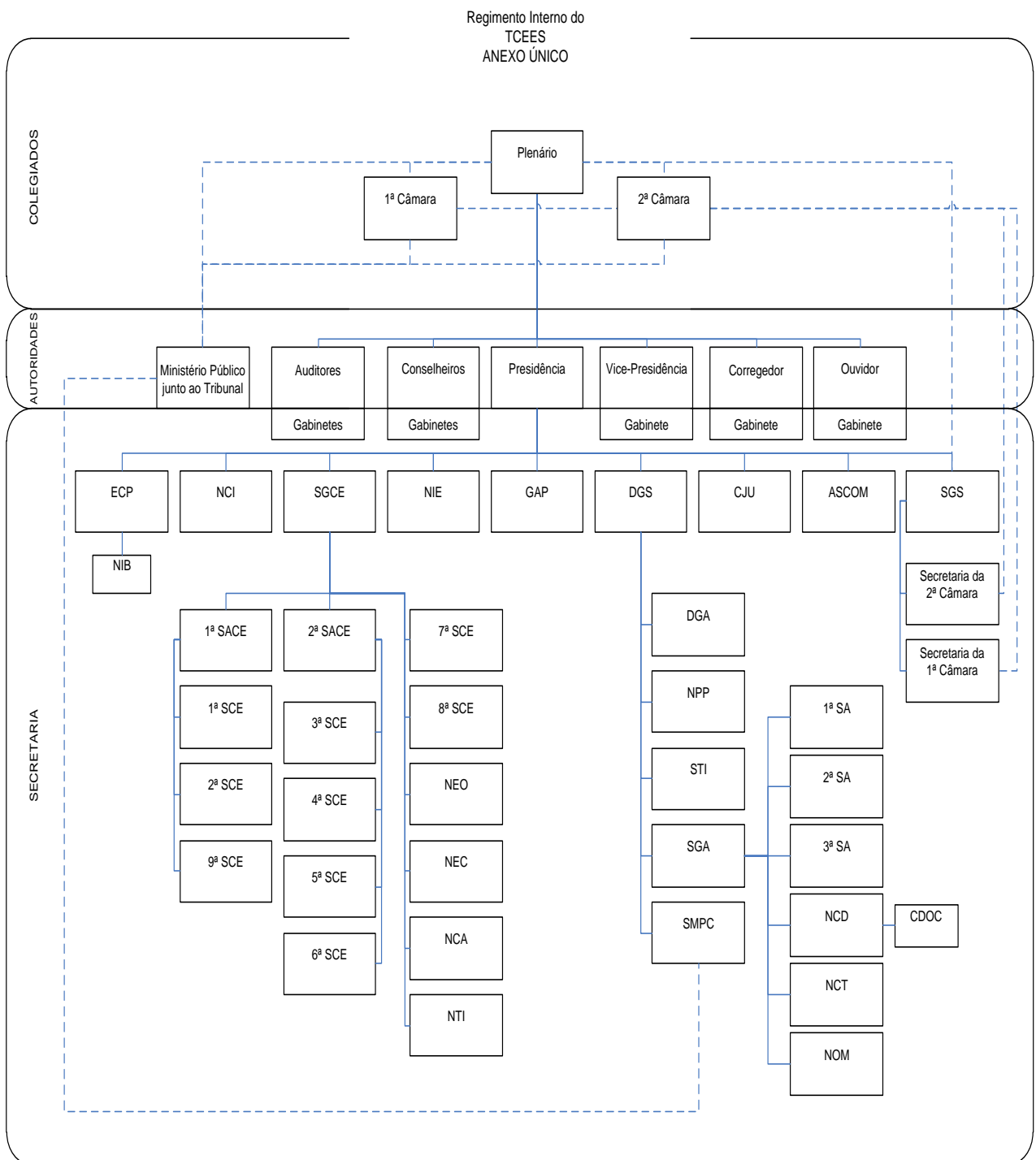
Em janeiro, a Ouvidoria foi convidada a compor a primeira Rede de Ouvidorias Públicas do Estado do Espírito Santo. Tal Rede, inicialmente, englobará, além da Ouvidoria do Tribunal de Contas, as Ouvidorias do Tribunal Regional do Trabalho – 17ª Região, do Tribunal Regional Eleitoral, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público Estadual, da Assembleia Legislativa, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Ouvidoria Geral do Estado. A primeira reunião para discutir os trabalhos e promover parcerias ocorreu no dia 23 de janeiro, na sede do TRT – 17ª Região.

Em fevereiro, foi celebrado um Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Contas e as demais entidades envolvidas no projeto acima destacado, tendo como objetivo o intercâmbio de informações, a cooperação técnico-científica, a articulação de esforços, a formação de parceria estratégica e a definição de diretrizes comuns, por meio de estabelecimento de compromissos e ações conjuntas, bem como viabilizar o apoio a ações de atendimento aos cidadãos no âmbito da Ouvidoria de cada um dos participantes.

A proposta da Resolução que regulamenta a estrutura, a organização e o funcionamento da Ouvidoria deste Tribunal, está em fase de elaboração do texto final para futura aprovação em Plenário.

# ANEXOS

## Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo





### Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Escola de Contas Pública	ECP
Núcleo de Informações Bibliográficas	NIB
Núcleo de Controle Interno	NCI
Núcleo de Informações Estratégicas	NIE
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Diretoria Geral Adjunta	DGA
Núcleo de Planejamento e Projetos	NPP
Secretaria de Tecnologia da Informação	STI
Secretaria Geral Administrativa	SGA
1ª Secretaria Administrativa	1ª SAD
2ª Secretaria Administrativa	2ª SAD
3ª Secretaria Administrativa	3ª SAD
Secretaria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	SMPC
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Centro de Documentação e Arquivo	CDOC
Núcleo de Contratações	NCT
Núcleo de Obras e Manutenção	NOM
Consultoria Jurídica	CJU
Assessoria de Comunicação	ASCOM
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Secretaria Geral de Controle Externo	SEGEX
1ª Secretaria Adjunta de Controle Externo	1ª SACE
2ª Secretaria Adjunta de Controle Externo	2ª SACE
1ª Secretaria de Controle Externo	1ª SCE
2ª Secretaria de Controle Externo	2ª SCE
3ª Secretaria de Controle Externo	3ª SCE
4ª Secretaria de Controle Externo	4ª SCE
5ª Secretaria de Controle Externo	5ª SCE
6ª Secretaria de Controle Externo	6ª SCE
7ª Secretaria de Controle Externo	7ª SCE
8ª Secretaria de Controle Externo	8ª SCE
9ª Secretaria de Controle Externo	9ª SCE
Núcleo de Engenharia e Obras Públicas	NEO
Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas	NEC
Núcleo de Cautelares	NCA
Núcleo de Tecnologia da Informação	NTI



[www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br)  
Rua José Alexandre Buaiz, 157  
Enseada do Suá - Vitória - ES  
CEP: 29050-913  
Tel.:(27) 3334-7600

